



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Voltando à escola

(DC, Moacir Pereira, p. 3)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 14/7/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 14/7/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Voltando à escola

Com a aprovação, pela Assembleia Legislativa, do projeto de lei sobre o piso salarial no magistério, beneficiando os níveis mais baixos, o governo Raimundo Colombo criou um fato consumado. E criou as condições que desejava para o fim da greve. Executou-se um enredo que se desenhava com absoluta clareza. No jogo político, na disputa de poder, a estrutura governamental tem mecanismos que não podem ser ignorados. E os grevistas, que fizeram tudo certinho desde o início do movimento, não avaliaram as ações que poderiam esvaziar e acabar com a mobilização.

O pensamento predominante, até nas oposições e entre lideranças sindicais, era simples. Se a greve tivesse acabado na assembleia estadual da quarta-feira da semana passada, fazendo prevalecer a decisão de 17 assembleias regionais, os professores não estariam amargando a atual derrota. Não teriam alcançado todas as vitórias que pretendiam, mas sairiam parcialmente vencedores, com todo o magistério unido, em “estado de greve”, para continuar lutando por seus legítimos direitos. A derrota na Assembleia era mais do que previsível.

O sofrimento de uma parcela do magistério teria sido muito menor. E as perdas financeiras, pessoais e familiares, também. O revés político, contudo, pode ser avaliado no contexto dos avanços que o magistério obteve ao longo de quase 60 dias de paralisação. Relacione-se apenas os fatos concretos: 1. Os recursos do Fundeb não serão mais contabilizados para efeito de definição da receita líquida, exatamente como queriam os professores; 2. A merenda escolar não será mais terceirizada, de acordo com antiga reivindicação do magistério; 4. O piso salarial vai ser aplicado, embora não integralmente na carreira; 4. O pagamento dos inativos deve ser excluído dos 25% destinados à educação; 5. O governo decidiu atender reivindicações institucionais relativas à anistia e progressão funcional.

O FUTURO

O relator do projeto, deputado Joares Ponticelli (PP), destacou que em janeiro de 2012 o reajuste mínimo dos salários será de 42%, e o máximo, de 87%. Para uma categoria que estava represada há oito anos, sem ter sequer o direito de ser atendida pelo governo, nada mal. Destacou, também, o relator que as despesas com a folha do magistério aumentam R\$ 27 milhões em agosto e R\$ 38 milhões em janeiro de 2012. Agora, que o projeto está aprovado, não adianta chorar sobre o leite derramado. Muito menos desistir da luta. A não aceitação da capitulação só trará mais prejuízos para Santa Catarina. E os educadores mostraram que têm compromissos com as novas gerações, em exemplos até heroicos de dedicação a seus alunos, de paixão pela atividade, de vocação plena. O horizonte que se apresenta, apesar das pertinentes decepções e frustrações, é de uma dimensão imensurável.

Esta greve mostrou para os catarinenses o quanto os professores são sacrificados, como ganham mal, as dificuldades enfrentadas, a tragédia das interferências partidárias nas escolas, o ridículo vale-alimentação, o tratamento discriminatório da merenda terceirizada, a total falta de autonomia das escolas. E, fato mais grave que ficou escancarado durante a greve: os professores ACTs (admitidos em caráter temporário), uma vergonha para um Estado como Santa Catarina. Mais da metade do magistério está nesta condição porque os governos não realizaram concurso público. E 52% dos professores terão os contratos rescindidos em dezembro. Todo ano passam por novas seleções, muitas em condições humilhantes. Por tudo isso e muito mais, os professores, que ontem estavam arrasados com a aprovação do projeto, devem erguer a cabeça e partir para novas batalhas. Que inclui, também, o desejo maior: a aplicação do piso na carreira. Em nome de seus ideais e da educação que tanto defendem.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 14/07/11
Assunto: Colombo vai acabar com a terceirização		Página: 04

Colombo vai acabar com a terceirização

Merenda escolar. Governador pretende valorizar produção local e o Sinte diz que apoia medida

MARCELO TOLENTINO
tolentino@noticiasdodia.com.br
@tolentino_ND

FLORIANÓPOLIS — O governador Raimundo Colombo (PSD) decidiu acabar com a terceirização da merenda escolar em Santa Catarina, que hoje atinge todas as unidades. Com a medida, ele pretende fazer economia, aproximar a comunidade da ambiente escolar, valorizar a produção local e ter um controle maior sobre o serviço.

Atualmente, o Estado gasta cerca de R\$ 100 milhões com os contratos de empresas responsáveis pela terceirização. “Se a gente conseguir poupar pelo menos 30% ou 40% seria ótimo. E nós ainda teríamos a expectativas da família se aproximar mais da escola, fiscalizando o alimento”, destacou o governador em entrevista, ontem, à Record News.

Colombo também pretende valorizar produtos como o arroz e a maçã, setores em crise no Estado. “Vamos prestigiar a agricultura familiar”, disse ele. O Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), apoia a medida. Aponta uma série de problemas

da terceirização. Em entrevista à imprensa, o dirigente Aldoir José Kraemer disse que, além do aumento dos gastos públicos, a qualidade da alimentação é questionável e o uso de produtos industrializados é mais frequente.

O processo de terceirização da merenda escolar, que já foi alvo de denúncias da bancada do PT, iniciou em fevereiro de 2010 por iniciativa da Secretaria da Educação. No mês de agosto, das 1.350 escolas estaduais, 70% já tinham a merenda terceirizada e em novembro, o programa alcançou a totalidade.

O edital para a terceirização foi lançado em 2008. Quatro empresas de São Paulo (Coan, Convida, Risotolândia e Nutriplus) ganharam a concorrência e passaram a atender a cada uma das quatro macrorregiões em que o Estado foi dividido, a partir de cardápios criados pela secretaria. A refeição é preparada nas escolas e é exclusiva para os alunos. Professores e funcionários recebem vale-alimentação.

Economia regional.
Com a medida, o governo pretende poupar pelo menos 30% a 40% dos recursos do Estado. São investidos R\$ 100 milhões com os contratos



Escolas retornam às aulas na região

Tijucas – Pela primeira vez a Gered (Gerencia Regional de Educação) e o comando grevista no Vale do Rio Tijucas e Brusque concordam em alguma coisa. Aproximadamente 90% dos 907 professores da região já retornaram às salas de aula. O representante da regional do Sinte, Agenor Leal, também reconhece que a greve teve efeito reverso ao pretendido. Ao invés de trazer benefícios para os trabalhadores, tirou.

Leal argumenta que movimento foi esvaziado depois que o governo ameaçou contratar professores temporários para ocupar o lugar dos grevistas. “Tínhamos 30% de trabalhadores em greve na segunda-feira, mas a pressão foi muito forte”, avalia.

Leal garante que a paralisação é justa. Para o representante da categoria na região, o governo do Estado descumpra a lei. Desde o começo da semana as aulas são normais no Vale do Rio Tijucas. Com apenas 90 professores em greve, as escolas já trabalham com o calendário de reposição estabelecido pela Secretaria Estadual de Educação. Nos estabelecimentos de Tijucas, poucos alunos ainda não retornaram.

O diretor do colégio Cruz e Souza, Erci Edemir Maciel, de Tijucas, explica que os 37 profissionais da instituição encerraram o protesto no limite. “Mais uma semana e o ano letivo estaria comprometido. Os alunos não terão recesso escolar em julho”, diz.

Deputado do PP defende atitude do governo com professores

No calor das discussões do projeto 26, que trata da proposta do governo aos professores da rede estadual, em greve há 57 dias, o deputado Joares Ponticelli (PP), relator do projeto, disse que a situação em que se encontra o magistério tem dois culpados; o ex-governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e o ex-secretário de Estado Paulo Bauer (PSDB). “Veja que ironia: os dois viraram senador”, afirmou Ponticelli durante o encaminhamento do projeto nas reuniões conjuntas.

Ponticelli foi ferrenho opositorista durante os oito anos do governo Luiz Henrique. “Pelo menos hoje nós conseguimos discutir o problema salarial do magistério”, afirmou Ponticelli. Ele defendeu a proposta do governo Colombo aos professores, que passou de R\$ 14 milhões para R\$ 28 milhões e depois R\$ 38 milhões, a última oferecida pelo governo.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 14/07/11
Assunto: Revolta dos professores		Página: 03

Revolta dos professores

**Greve. Em dia tumultuado
deputados estaduais aprovam
projeto que fixa o piso**

JOÃO MEASSI

joao@noticiasdodia.com.br

[@joao_ND](#)

FLORIANÓPOLIS — Depois de muito tumulto e até tentativa de invasão do plenário, por parte dos professores que lotaram o Palácio Barriga Verde, os deputados aprovaram ontem, por 28 votos a favor e 8 contra, o projeto de lei complementar 26, de autoria do governo do Estado e que trata da última proposta salarial aos professores da rede estadual que estão em greve desde o dia 18 de maio. Houve muito protesto dos professores durante o dia inteiro.

Os grevistas alegam que alegam que o projeto do governo liquida o plano de carreira do magistério. Depois da sessão que terminou às 19 horas, os professores saíram gritando que greve continua.

Apesar das manobras da oposição para obstruir a votação, e da pressão dos grevis-

tas que estavam acampados na Assembleia desde segunda-feira, prevaleceu a posição dos deputados que são a maioria. A base do governo tem 31 deputados, contra nove da oposição. Três deputados estavam ausentes e não houve o voto do presidente.

O momento mais tenso foi quando professores que estavam no hall da Assembleia acompanhando a reunião conjunta das comissões por meio de um telão, tentaram invadir o plenário pela porta lateral do plenário.

O barulho dos murros dados nas portas de vidro assustou os deputados. A sessão foi suspensa. A emoção levou muitas profes-

ssoras às lágrimas. Os socorristas do Corpo de Bombeiros foram chamados. Um manifestante foi encaminhado ao Hospital Universitário porque teve alteração de pressão. Apesar do tumulto não houve feridos, nem de agressão ou de qualquer equipamento quebrado.



PRESSÃO

Não foram registrados feridos ou qualquer equipamento quebrado na Assembleia



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 14/7/11
Assunto: Na força do voto, Assembleia aprova o piso do magistério		Página: 4 e 5

NA FORÇA E NO VOTO

Assembleia aprova piso do magistério

Governo faz valer maioria, atropela oposição e, sob protestos de professores, estabelece nova política salarial

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Sob vaias, protestos e tumulto, o projeto de lei complementar (PLC) que altera o salário e o plano de carreira dos professores foi aprovado, ontem, com 28 votos contra oito. Mas só após uma manobra que mandou o projeto direto para a votação em plenário, evitando o pedido de vista – o que poderia adiar a aprovação. Para valer, o PLC aguarda assinatura do governador Raimundo Colombo.

A discussão do PLC começou às 14h e foi até 19h, quando encerrou a sessão, acompanhada por cerca de 4,2 mil professores, presentes dentro e fora do plenário. Policiais à paisana foram colocados no auditório. Para ser aprovado, o projeto precisava passar pela análise de três comissões: Constituição e Justiça (CCJ), Finanças e Serviço Público. Foi convocada uma reunião conjunta das três. A deputada Lucia-

ne Carminatti (PT) pediu para a Comissão de Educação também participar.

Para não passar por esse trâmite, e alegando urgência na votação, um requerimento apresentado pela CCJ, assinado por cinco deputados e também aprovado pelos cinco, pediu para o projeto ir direto ao voto em plenário, onde 31 deputados são da base governista e nove da oposição.

O presidente da comissão, Romildo Tilton, garantiu que não houve quebra de regimento interno, porque situações não previstas podem ser resolvidas recorrendo ao regimento da Câmara dos Deputados, que permite a manobra. Para ele, a situação era de urgência, não sendo possível haver pedido de vista, o que faria com que o PLC só fosse votado em agosto.

– Entrar em recesso sem decidir essa questão seria uma irresponsabilidade, uma vergonha. A Assembleia cumpriu seu papel para que as aulas voltassem – afirmou.

O presidente da Assembleia, Gelson Merisio, também entende que o regimen-

to não foi ferido e que é preciso respeitar a posição da maioria. Para o líder do PT, deputado Dirceu Dresch (PT), foi uma maneira de atropelar a discussão.

– O projeto não estava em caráter de urgência, não tinha lógica essa obrigatoriedade de votação hoje. Foi uma afronta às regras da casa – disse o líder do PT.

Quando o relator do projeto, Joares Ponticelli (PP), começou a ler o seu voto, os professores começaram a bater nos vidros do plenário. A sessão foi interrompida, por 20 minutos. Em seu relatório, Ponticelli votou pela aprovação. Apesar de não ser possível pedir vista, foi aberta a discussão.

Durante a votação, restavam poucos professores nas galerias e no hall. A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Alvet Bedin, lamentou a aprovação e disse que a assessoria jurídica estudará outras maneiras para o governo cumprir a aplicação do piso na carreira.

julia.antunes@diario.com.br

DIRCEU DRESCH

Líder do PT

“O projeto não estava em caráter de urgência, não tinha lógica essa obrigatoriedade de votação hoje. Foi uma afronta às regras da casa.”

ROMILDO TITON

Presidente da CCJ

“Entrar em recesso sem decidir essa questão seria uma irresponsabilidade, uma vergonha. A Assembleia cumpriu seu papel para que as aulas voltassem.”



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 14/7/11
Assunto: Na força do voto, Assembleia aprova o piso do magistério		Página: 4 e 5

Manobras e acusações de “teatro”

GABRIELLE BITTELBRUN

O projeto de lei complementar da educação aprovado ontem, na Assembleia Legislativa, foi o mote de opiniões divergentes entre os deputados. Até a impossibilidade de adiamento da decisão sobre a proposta que altera salário e plano de carreira dos professores foi alvo de questionamentos. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Romildo Titon, alegou que a obrigatoriedade da votação, por meio de um requerimento, foi uma medida para atender ao apelo da própria sociedade.

Mas a oposição considera que a votação foi uma manobra do governo para pressionar os professores a retornarem às aulas e que ataca o regimento da casa, pela impossibilidade de se pedir vista. O líder do PT, Dirceu Dresch, sustenta que a proposta deveria ter sido mais debatida.

O relator do projeto, Joares Ponticelli (PP), afirmou que o “maior reajuste que o magistério já teve” não poderia ser perdido e que o ano letivo também deve ser levado em conta.

Segundo o líder do governo, Elizeu Mattos (PMDB), o projeto – que está na casa desde quinta-feira passada –, foi bem discutido. Para ele, mesmo os deputados de oposição que estavam na AL “fazendo teatro contra o projeto”, pelas costas, eram a favor. Além disso, o deputado não descarta a opção de continuidade das negociações depois do início das aulas. De acordo com Mattos, não havia possibilidade de continuar as discussões durante o recesso – que começa amanhã.

Desolação e briga no hall de entrada

Cerca de 1,6 mil professores com camisetas, faixas, cartazes, apitos e alto-falantes acompanharam a sessão da Assembleia. Todos gritavam palavras de ordem e acreditavam poder virar o jogo. Assim que o projeto passou pelas comissões, os manifestantes se calaram. Muitos choraram, sem forças para protestar. O hall de entrada da assembleia parecia um campo de batalha, perdida.

– Estão votando nossa morte. É o fim da educação catarinense – disse a professora Janete Miranda.

Ela é professora de sociologia trabalha em duas escolas de São José; tem 21 anos de magistério, duas graduações, uma pós-graduação e ganha R\$ 2,4 mil. Segundo ela, o PLC diminui seus vencimentos.

– Eu ensino aos meus alunos que existe justiça, verdade e dignidade. Agora, voltarei para a sala de aula sem nada disso – desabafou Janete.

Policimento recebe reforço do Bope

O tumulto na sessão fez o coronel Paulo Henrique, comandante do policiamento da Assembleia, pedir reforço ao Batalhão de Operações Especiais (Bope), que cercou o plenário. A medida revoltou ainda mais os manifestantes. Professores reclamaram de agressões, mas o coronel disse não ter registro de abusos.

Janete foi uma que disse ter sido agredida ao ajudar uma amiga.

– Eu apanhei aqui hoje. Fui humilhada por essa corja que nada no dinheiro – disse a professora.

A reposição

• **Segundo a** Secretaria da Educação, para receber a remuneração dos 23 dias descontados e não ter mais redução no pagamento em decorrência da greve, os professores devem encaminhar o plano de conteúdo de reposição das aulas até amanhã para os diretores das escolas.

• **Os professores** que fizerem esse planejamento receberão os valores descontados assim que os diretores repassarem as informações às gerências de educação.

• **As reposições** devem ocorrer de segunda a sexta-feira, de 18 a 30 de julho, e durante todo o mês de dezembro.

• **Atividades extraclasse**, reuniões pedagógicas e conselhos de classe – que podem contar com dias letivos – acontecerão aos sábados.

• **De acordo** com a secretaria, as reposições previstas serão suficientes para cobrir os dias parados.

• **Professores que** não se manifestarem até sexta-feira e continuarem em greve seguirão recebendo o salário com desconto.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 14/7/11
Assunto: Na força do voto, Assembleia aprova o piso do magistério		Página: 4 e 5

Principais mudanças



Salário-base: o menor passa de R\$ 609 para R\$ 1.187 (valor do piso nacional do magistério)

REGÊNCIA DE CLASSE:

- **de 40%** para os professores de 1º a 5º ano do ensino fundamental passa para 25%, indo para 30% a partir de agosto e voltando aos 40% a partir de janeiro de 2012
- **de 25%** para os professores do ensino médio e do 6º a 9º ano do ensino fundamental passa para 17%, indo para 20% a partir de agosto e voltando aos 25% a partir de janeiro de 2012
- **Abonos:** deixam de existir o Prêmio Educar e Jubilar (R\$ 200 cada um)
- **Plano de carreira:** a diferença de 8,48% entre os 12 níveis de formação (de nível médio a doutorado) deixa de existir. Também não existe mais a diferença de 2,75% entre os professores que fizeram cursos específicos na área de atuação.

IMPACTO FINANCEIRO:

- **Maio a julho** – R\$ 21,7 milhões
- **Agosto a dezembro** – R\$ 27 milhões
- **A partir de janeiro de 2012** – R\$ 38,14 milhões ao ano.

Greve já é a quarta mais longa da história de SC



Com a paralisação chegando ao seu 58º dia hoje, a atual greve fica próxima de se tornar a terceira mais longa entre os professores do Estado. A que mais durou até hoje foi a de 2000, quando os docentes ficaram parados durante 66 dias. A segunda maior ocorreu em 1991, com 64 dias de mobilização. A terceira, que pode ser ultrapassada até o final desta semana, é a paralisação de 1995, com 59 dias. A de 1993 durou 40 dias. No ano seguinte, chegou a 36 dias.

ANO	TEMPO PARADO
2000	66 dias
1991	64 dias
1995	59 dias
2011*	58 dias
1993	40 dias
1994	36 dias

* até hoje



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político (Roberto Azevedo)	Data: 14/7/11
Assunto: Entre a polêmica e resultado/Repercussão/E agora?/Dois na berlinda		Página: 9

Entre polêmica e resultado

Um requerimento proposto pelos deputados governistas que integram a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia roubou a cena na reunião conjunta com as comissões de Finanças e Trabalho. Aprovado pela maioria, impediu que a oposição utilizasse o dispositivo de pedir vista ao projeto de lei complementar que instituiu o piso nacional aos professores da rede pública estadual. A matéria acabou aprovada e instaurou uma polêmica comandada pelos deputados de oposição, que, devido a uma viagem do petista Volnei Morastoni, somavam oito posições em plenário.

A manobra do Legislativo, respaldada pelo governo, que acabou por garantir a aprovação da matéria em prazo recorde, foi gestada no dia anterior. O apego à interpretação da tramitação do projeto na CCJ, que

não deixava claro que tipo de pedido de vista seria cabível – em gabinete, o mais demorado, que levaria a votação para agosto ou além; ou em mesa, que dá, no máximo, 30 minutos para a análise e apresentação do voto – foi decisivo. Daí utilizar o último artigo do regimento da Assembleia, que admite a utilização de dispositivo idêntico da Câmara dos Deputados, em Brasília, quando a norma estadual for omissa.

A discussão tomou grande parte do tempo das reuniões, com um revezamento de relatos e contestações dos deputados de oposição, que cumpriram o seu papel e alertaram para a abertura de um precedente perigoso. Os empurrões entre seguranças e manifestantes, e as pancadas dadas nos vidros que cercam a área contígua do plenário, foram uma reação legítima,

ressalvados os exageros, como invadir a área da mesa diretora, onde estavam os deputados que comandam as comissões. Com 28 votos a favor e oito contra, em plenário, cumpriu-se a regra da maioria. A oposição discursava e o governo votava.

O Centro Administrativo espera que a aprovação do projeto e o prazo que foi dado até amanhã para os professores apresentarem um plano de reposição nas escolas, com garantia de pagamento integral dos salários, termine com a greve. A sociedade, também. O prejuízo com o comprometimento do calendário escolar não deixa outra alternativa. Se o encaminhamento na Assembleia pode ser questionado, o Centro Administrativo ganhou mais um elemento e tanto para pressionar a volta às aulas.

Repercussão

Enquanto o líder do PT, deputado Dirceu Dresch, reafirmava que o governo não precisaria ter agido para manobrar o regimento, pois tem flagrante maioria, o presidente Gelson Merisio afirmava que nenhuma atitude feriu a legislação e que a Assembleia havia dado a sua contribuição para resolver o problema da greve.

Dresch admite que a bancada petista pode decidir ir à Justiça para questionar o procedimento nas comissões.

E agora?

O que mais se ouvia era a afirmação de sindicalistas e deputados da oposição de que o projeto alterou o plano de carreira dos professores.

Mas a negociação não levada adiante pelo Sinte não previa discutir este ponto nos próximos seis meses? Aplaudida pela sua legitimidade, a insistência em bancar a paralisação sem maior poder de persuasão virou derrota para o movimento sindical porque não se soube a hora de retornar ao trabalho.

Dois na berlinda

Relator do projeto do piso salarial na CCJ, o deputado Joares Ponticelli (PP), escolhido a dedo por poder ser mais crítico com o governo anterior, sentiu na pele a pressão de ser um governista dentro e fora do plenário.

Já a deputada Luciane Carminatti (PT), que substituiu o colega Volnei Morastoni na CCJ, manteve o discurso equivocado de que os recursos do Fundeb são utilizados para repasses aos poderes pelo Executivo. Não colabora com o debate e cria outro ponto de atrito entre governo e grevistas.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 14/7/11
Assunto: Salários, Deputados aprovam alterações		Página: Online

SALÁRIOS

Deputados aprovam alterações

Medida desagradou professores do Estado, em greve há 58 dias, pois elimina plano de carreiras

FLORIANÓPOLIS - Deputados aprovaram ontem em sessão na Assembleia Legislativa (AL) o Projeto de Lei Complementar (PLC) 026 que trata do salários dos professores da rede estadual de Santa Catarina. Por volta de 18h30min, 36 parlamentares votaram o PLC em plenário: oito foram contrários e 28 foram a favor do projeto. Durante a votação, cerca de 1,6 mil professores acompanhavam a sessão, segundo cálculos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte).

A reunião para a discussão da votação do PLC começou por volta das 14h30min. Estiveram presentes integrantes de três comissões: Comissão de Constituição e Justiça, de Finanças (CCJ) e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviços Públicos. Nas três, o projeto foi aprovado e em seguida encaminhado para votação em sessão ordinária.

Comando de greve se reúne hoje para decidir medidas

Desde o início da tarde, policiais à paisana estavam no plenário para fazer a segurança no local. Após a interrupção da reunião entre as comissões devido a protestos dos docentes, policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) foram chamados para reforçar a segurança. Houve tumulto entre professores e policiais em frente à assembleia.

Os professores não queriam a aprovação do projeto porque ele altera o plano de carreira. Após a votação em primeiro turno, muitos docentes que acompanhavam a sessão foram embora.

Às 9h de hoje, o comando de greve deve se reunir. Durante a tarde, haverá assembleias regionais dos docentes a partir das 14h.

PRINCIPAIS MUDANÇAS COM O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Salário-base

- O menor passa de R\$ 609 para R\$ 1.187 (valor do piso nacional do magistério)

Regência de classe

- De 40% para os professores de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental passa para 25%, indo para 30% a partir de agosto e voltando aos 40% a partir de janeiro de 2012



- De 25% para os professores do Ensino Médio e do 6º a 9º ano do Ensino Fundamental passa para 17%, indo para 20% a partir de agosto e voltando aos 25% a partir de janeiro de 2012

Abonos

- Deixam de existir o Prêmio Educar e Jubilar (R\$ 200 cada um)

Plano de carreira

- A diferença de 8,48% entre os 12 níveis de formação (de nível médio a doutorado) deixa de existir. Também não existe mais a diferença de 2,75% entre os professores que fizessem cursos específicos na área de atuação

Impacto financeiro

- Maio a julho: R\$ 21,7 milhões
- Agosto a dezembro: R\$ 27 milhões
- A partir de janeiro de 2012: R\$ 38,14 milhões



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 14/7/11
Assunto: Salários, Mesmo com aprovação, projeto causou divergências		Página: Online

SALÁRIOS

Mesmo com aprovação, projeto causou divergências

O projeto de lei complementar da educação aprovado ontem, na Assembleia Legislativa, foi mote de opiniões divergentes. Até a impossibilidade de adiamento da decisão sobre a proposta que alterou salário e plano de carreira dos professores foi alvo de questionamentos. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Romildo Titon, alegou que a obrigatoriedade da votação, por meio de um requerimento, foi uma medida para atender ao apelo da própria sociedade.

? Entrar em recesso sem decidir essa questão seria uma irresponsabilidade. A Assembleia cumpriu seu papel para que as aulas voltassem ? afirma.

Deputados de oposição consideram que a votação foi manobra do governo para pressionar os professores a voltar às aulas e que ataca o regimento da casa, pela impossibilidade de pedir vista. Líder do PT, Dirceu Dresch sustenta que a proposta deveria ter sido mais debatida.

Líder de governo argumenta que projeto foi bem discutido

? O projeto não estava em caráter de urgência, não tinha lógica essa obrigatoriedade de votação hoje. Foi um afronta às regras da casa ? disse o líder do PT, Dirceu Dresch.

O relator do projeto, Joares Ponticelli (PP), explicou que o ?maior reajuste que o magistério já teve? não poderia ser perdido e que o ano letivo também deve ser levado em conta. Segundo o líder do governo, Elizeu Mattos (PMDB), o projeto ? que está na casa desde quinta-feira passada ?, foi bem discutido. Para ele, mesmo os deputados de oposição que estavam na AL ?fazendo teatro contra o projeto?, pelas costas, eram a favor. Além disso, o deputado não descarta a opção de continuidade das negociações depois do início das aulas. De acordo com Mattos, não havia possibilidade de continuar as discussões durante o recesso ? que começa amanhã.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 14/07/11
Assunto: Deputados atropelam a greve		Página: 14

Deputados atropelam a greve

Lei que altera salário e plano de carreira foi aprovada ontem em meio a tumulto

Sob vaias, protestos e tumulto, o projeto de lei complementar (PLC) que altera o salário e o plano de carreira dos professores foi aprovado, ontem, com 28 votos de deputados da base governista, contra oito da oposição. Isso só aconteceu depois de uma manobra que mandou o projeto direto para a votação em plenário, impedindo o pedido de vista – o que poderia adiar a aprovação. Para valer, ele aguarda a assinatura do governador Raimundo Colombo.

A discussão do PLC começou às 14 horas e foi até 19 horas, quando encerrou a sessão. Ela era acompanhada por cerca de 4,2 mil professores, presentes dentro e fora do plenário. Policiais paisanos foram colocados dentro do auditório. Para ser aprovado, o projeto precisava passar pela análise de três comissões: Constituição e Justiça (CCJ), Finanças e Serviço Público. Foi convocada uma reunião conjunta das três. A deputada Luciane Carminatti (PT) pediu para a Comissão de Educação também participar da análise.

Para não passar por esse trâmite, e alegando urgência na votação, um requerimento apresentado pela CCJ, assinado por cinco deputados e também aprovado pelos cinco, pediu para o projeto

ir direto para votação em plenário, onde dos 40 deputados, 31 são da base governista e nove da oposição.

O presidente da comissão, Romildo Titon, garantiu que não houve quebra de regimento interno, porque quando uma situação não está prevista por ele, é possível recorrer à legislação da Câmara dos Deputados, que permite essa manobra. Para ele, a situação pedia urgência, não sendo possível haver pedido de vista, o que faria com que o PLC fosse votado depois do recesso, que começa amanhã e vai até agosto.

A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Alvet Bedin, lamentou e disse que irá estudar uma maneira de reverter a situação.

Temporários no lugar de grevistas

A contratação de professores temporários (ACTs) por 15 dias, para substituir concursados em greve, foi a solução da Secretaria de Estado da Educação para que os alunos possam ter aulas normais a partir de segunda-feira. Em Joinville, são 226 professores parados, segundo a Gerência Regional de Educação (Gered).

O número de ACTs será determinado por meio de ligações aos efetivos, para saber quais voltam na próxima semana. O professor que não quiser voltar terá que assinar um termo. "É para deixar tudo registrado", diz a gerente de Educação, Heliete Steingräber.

Os temporários começam a trabalhar na segunda e terão contrato de 15 dias. Se nesse período o professor concursado retornar, o ACT continua na escola para ajudar na reposição de conteúdo.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) diz que a decisão é um jeito de o governo pressionar e recomenda que os professores não voltem ao trabalho.

Em escolas onde houve greve, o calendário escolar prevê aulas até 30 de dezembro e em mais dez dias do recesso escolar do fim de ano, sem aulas aos sábados.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 14/07/11
Assunto: Fim		Página: 02

Fim

Percebendo, inicialmente o alto custo, o governador Raimundo Colombo decidiu acabar com a terceirização da merenda escolar, que vinha levantando uma infinidade de suspeições desde que foi aprovado na gestão Luiz Henrique/ Paulo Bauer. Há denúncias da bancada do PT. Colombo vai valorizar os produtos locais. Citou a maçã e a carne suína. Além disso, pretende estimular a agricultura familiar, criando uma espécie de integração por meio da merenda escolar. Mudança total, e certamente com aprovação.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 14/07/11
Assunto: Magistério: Página virada		Página: 24

MAGISTÉRIO: PÁGINA VIRADA

Em clima de tensão e inclusive com enfrentamento entre grevistas e policiais, a Assembleia aprovou ontem o projeto de lei complementar que regulamenta o piso nacional do magistério e faz adequações nos vencimentos da carreira. Para o governo, a matéria deve pôr fim à paralisação, que amanhã completa dois meses, embora agora com adesão inferior a 20%.

A versão final do acordo prevê um impacto imediato na folha que supera R\$ 27 milhões por mês, e deverá ultrapassar R\$ 38 milhões a partir de janeiro de 2012. Além disso, o Executivo se comprometeu a pagar em três dias o valor descontado dos grevistas, a partir do retorno às escolas e desde que firmado o compromisso de recuperação do ano escolar.

“Foi uma negociação arrastada, complexa, mas a versão final assegura conquistas significativas para a categoria, e os números falam por si”, valorizou o líder do governo, Elizeu Mattos. “Além disso, os entendimentos preliminares sobre o plano de carreira vão se estender por meio de uma comissão paritária”, completou o peemedebista.

Os ganhos imediatos variam, já em agosto, de 11,7% até 46,6%. E para janeiro próximo, em relação a maio passado, a conquista salarial vai de 39,7% a 81,5%. O relatório do deputado

Joares Ponticelli (PP) foi acolhido em plenário por 26 parlamentares.

O deputado Joares Ponticelli, relator do PLC, considerou positivos os avanços conquistados nesses seis meses, se comparados com os oito anos do governo passado. “Os professores sentirão isso na folha salarial já do próximo mês, pois o governo irá injetar quase R\$ 320 milhões”.

E completou Ponticelli: “O projeto foi aprovado, mas o diálogo continua aberto. Considero vitoriosa essa primeira parte, especialmente porque nossas emendas garantiram outras conquistas, como a manutenção do pagamento integral da licença-prêmio”.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Ponto Final	Data: 14/07/11
Assunto: O gran finale da greve		Página: 31

O gran finale da greve

A greve dos professores teve ontem, provavelmente, o seu gran finale. Um gran finale operístico e, como tal, dramático e emocionado. A tentativa de invasão do plenário, com empurra-empurra, choros, gritos e apitaços, foi uma péssima iniciativa do comando grevista. A Assembleia Legislativa é a casa do povo, como se diz, mas não é a casa da mãe Joana. O Parlamento segue sendo uma caixa de ressonância da sociedade, merece respeito por isso e é, sem dúvida, sujeito a regras e ritos que ninguém, sob qualquer pretexto, pode ameaçar ou violentar. De mais a mais, nenhum argumento pode ganhar foros de legitimidade se sua defesa se apresenta ostensivamente agressiva. Em outras palavras, quem grita raras vezes tem razão. E mesmo que tenha, perde quando força a barra.

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Região	Data: 14/07/11
Assunto: Aulas		Página: 15

SDR GRANDE FLORIANÓPOLIS

Aulas

SDR iniciou reuniões com os 122 diretores das escolas estaduais da região, para definir o calendário de reposição das aulas.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 14/07/11
Assunto: Um em cada 5 alunos do fundamental está atrasado na escola		Página: Online

Um em cada 5 alunos do fundamental está atrasado na escola

Justificativa seria a diminuição da política de progressão continuada no País

Um em cada cinco estudantes brasileiros do ensino fundamental está atrasado na escola. No ensino médio, pelo menos três em cada dez alunos também estão nessa situação. É o que mostram os dados do Censo Escolar 2010 sobre as taxas de distorção idade-série. O indicador mede a proporção de alunos que não está matriculada na série indicada à faixa etária.

Pela legislação que organiza a oferta de ensino no País, a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do ensino fundamental e concluir a etapa aos 14. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no ensino médio. De 2008 a 2010, o percentual de alunos fora da série adequada para a idade registrou leve alta. Em 2008, a taxa era 22,1% no ensino fundamental, passou para 23,3% em 2009 e para 23,6% em 2010. No ensino médio, o percentual era de 33,7% em 2008, foi para 34,4% em 2009. No ano passado, chegou a 34,5%.

Para a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Maria do Pilar Lacerda, essa estagnação é resultado do arrefecimento da política de progressão continuada. Muitas redes de ensino que tinham como orientação a não reprovação dos alunos nos primeiros anos do ensino fundamental mudaram essas diretrizes. “Isso provocou uma manutenção da reprovação, quando ela é a grande causa da distorção idade-série. Hoje já se pensa em políticas de correção de fluxo e de aprendizagem sem usar a reprovação, como o reforço escolar”, explica.

Apesar da estabilidade na taxa de distorção da idade-série nos últimos anos, Maria do Pilar destaca que na última década a redução do índice foi maior: entre 2001 e 2011 essa diferença caiu 16 pontos percentuais no ensino médio e 19 pontos percentuais no ensino fundamental. Ela acredita que a taxa deve continuar a cair e aponta que o patamar adequado seria entre 3% e 4%.

“Por exemplo, um aluno com necessidades especiais às vezes tem uma adaptação escolar mais difícil, principalmente quando vem de uma escola especial. Ou uma criança que deixou a escola por algum tempo por problemas familiares. Você pode ter algum tipo de distorção idade-série, mas ela teria que ser sempre traço. Nunca poderíamos achar que 10% já é um índice bom”, avalia.

A taxa de distorção idade-série atinge picos no 6º ano do ensino fundamental, onde 32% dos alunos estão atrasados, e no 1º ano do ensino médio, quando o problema atinge 37,8% dos jovens. Segundo Pilar, o MEC preparou um material específico para trabalhar com alunos de 15 a 17 anos que ainda estão no ensino fundamental. Será uma espécie de “curso” especial em que o conteúdo será ministrado de forma diferenciada, bem como a organização dos alunos. Em 2009, metade dos adolescentes de 15 a 17 anos não frequentava a série adequada



para sua faixa etária, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O projeto permitirá que em um ano ele receba o certificado de conclusão e possa seguir para o ensino médio. O material estará disponível no site do MEC e também poderá ser solicitado pelas escolas. Na avaliação da secretária, os adolescentes repetentes que estudam com crianças mais novas acabam com problemas de socialização. “Ele fica convivendo com grupos de idade que não têm muito a ver com ele. E começa a ser visto como o bagunceiro, aquele que é expulso de sala, o mau aluno”, aponta.

Veja distorções idade-série no ensino fundamental:

São Paulo	8,40%
Paraná	14,80%
Santa Catarina	15,20%
Distrito Federal	17,90%
Mato Grosso	18,30%
Minas Gerais	19,30%
Espírito Santo	20,60%
Goiás	21,70%
Rio Grande do Sul	22,60%
Roraima	22,80%
Tocantins	22,80%
Ceará	25,50%
Rondônia	26,90%
Mato Grosso do Sul	27%
Amapá	27,10%
Rio de Janeiro	28%
Acre	29,10%
Pernambuco	29,70%
Maranhão	30,50%
Rio Grande do Norte	31,10%
Paraíba	34,50%
Piauí	34,80%
Alagoas	35,40%
Amazonas	35,80%
Sergipe	37,90%
Bahia	38,10%
Pará	39,90%



Veja distorções idade-série no ensino médio:

Santa Catarina	16,40%
São Paulo	18,10%
Roraima	23,50%
Paraná	23,90%
Espírito Santo	25,10%
Distrito Federal	29,40%
Rondônia	30,30%
Rio Grande do Sul	30,50%
Minas Gerais	31,30%
Mato Grosso do Sul	33,10%
Goiás	33,60%
Tocantins	34,20%
Ceará	34,70%
Mato Grosso	35,50%
Acre	36,30%
Paraíba	41,70%
Amapá	42,60%
Rio de Janeiro	43,50%
Rio Grande do Norte	45,40%
Maranhão	48,30%
Pernambuco	49,10%
Alagoas	49,40%
Bahia	49,70%
Amazonas	51%
Sergipe	51,60%
Piauí	56,70%
Pará	59,20%

Clipping

CNTE

A educação como herança (Editorial)

✦ Data: 14/07/2011
✦ Veículo: JORNAL DE BRASÍLIA - DF
✦ Editoria: OPINIÃO
✦ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

EDITORIAL

As marcas de 20% dos alunos do Ensino Fundamental atrasados na escola e 30% dos alunos do Ensino Médio na mesma situação são duas tristes constatações do Censo Escolar 2010.

São dois lamentáveis retratos do tratamento que a Educação, historicamente, recebe. Mas isso não é tudo, porque a escola não começa dentro de si mesma. Não adianta ter escolas exemplares - e este não é, definitivamente, o nosso caso - se forem inacessíveis, bem como não adianta os colégios serem modelo se em casa seus alunos não viverem em ambientes dignos e seguros.

De qualquer forma, grande parte do futuro de toda nação está dentro da escola, e isso não pode nunca ser esquecido. Modificadora de status social, a instituição é ainda a única garantia, em âmbito pessoal, de uma riqueza que jamais perecerá.

Em nível coletivo, essa mesma herança significa nada menos que países desenvolvidos, competitivos e preparados para o futuro. A ausência de educação, por sua vez, resulta em pobreza e subdesenvolvimento.

Por tudo isso é tão importante não ver essa notícia como mera folha de jornal, mas como um alerta. A educação não pode ser tratada como luxo. Dela, depende o País.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 14/07/11
Assunto: MEC divulga conteúdo do Enade 2011 para tecnólogos		Página: Online

MEC divulga conteúdo do Enade 2011 para tecnólogos

Portarias foram publicadas no Diário Oficial; exame será aplicado em todo o País no dia 6 de novembro

O *Diário Oficial* da União publicou nesta quarta-feira, 13, o conteúdo da prova do Enade deste ano para os cursos tecnólogos, como tecnologia de alimentos, tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas. A prova terá 4 horas de duração. As diversas portarias foram assinadas pela presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais, Malvina Tuttman.

Na seção que cobra a formação geral, serão dez questões, sendo 2 discursivas e 8 de múltipla escolha que abordarão situações-problema, estudos de caso, simulações e interpretação de textos, imagens, gráficos e tabelas.

Na seção específica, serão 30 questões, sendo 3 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

O Enade será aplicado no dia 6 de novembro, em todo o País.

O exame vai avaliar estudantes dos cursos que conferem diploma de bacharel em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia; diploma de bacharel ou licenciatura em Biologia, Ciências Sociais, Computação, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Química; diploma de licenciatura em Pedagogia, Educação Física, Artes Visuais e Música.

Além desses cursos de graduação, o Enade vai avaliar também quem tem diploma de tecnólogo em Alimentos, Construção de Edifícios, Automação Industrial, Gestão da Produção Industrial, Manutenção Industrial, Processos Químicos, Fabricação Mecânica, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Redes de Computadores e Saneamento Ambiental.

Todos os formandos nesses cursos são obrigados a fazer o exame; quem não faz fica impossibilitado de receber diploma.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 14/07/11
Assunto: Inep estuda enviar cópia da redação do Enem para o aluno		Página: Online

Inep estuda enviar cópia da redação do Enem para o aluno

Processo evitaria reclamações de alunos que alegam ter tirado nota zero mesmo tendo escrito a redação

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) estuda formas de enviar uma imagem escaneada das redações feitas pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) à casa dos estudantes que realizaram o exame. A imagem acompanharia a mesma carta que informa a nota obtida.

A informação é da presidente do Inep, Malvina Tuttman, presente ontem em uma conferência sobre o Enem na 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Goiânia (GO). "Não será possível fazer isso ainda este ano e no primeiro semestre de 2012", afirma Malvina. "Mas estou confiante (que será possível) no segundo semestre do próximo ano."

Ela diz que será necessário adquirir uma maquinaria pesada para viabilizar a proposta. O processo de correção ganharia transparência e evitaria críticas como as recebidas no ano passado, quando alunos reclamaram ter tirado nota zero mesmo tendo escrito a redação. Mas Malvina afirma que o principal motivo para enviar a redação é pedagógico: fazer com que os alunos possam aprender com os próprios erros.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 14/7/11
Assunto: Haddad rejeita projeto que dispensa mestrado a professor universitário		Página: online

Haddad rejeita projeto que dispensa mestrado a professor universitário

O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou ontem (12), ser contrário ao Projeto de Lei 222/2010, do Senado, que dispensa a obrigatoriedade de mestrado e doutorado para professores atuarem em universidades. Segundo Haddad, a presidenta da República, Dilma Rousseff, também não concordaria em reduzir a exigência de qualificação de professores da educação superior. Se aprovado no Senado, o projeto deve ainda passar pela Câmara dos Deputados, antes de chegar às mãos da presidenta, que poderá sancioná-lo ou vetá-lo.

A proposta do Senado modifica o artigo 66 da Lei 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que exige que professores universitários tenham diploma de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado. De acordo com o projeto de lei, os docentes de instituições públicas e privadas poderiam lecionar apenas com o diploma de graduação, desde que contratados em regime temporário.

Os defensores do projeto afirmam que há déficit de profissionais. Entretanto, anualmente, o Brasil forma 50 mil novos mestres e doutores. Hoje, 56% dos professores universitários são pós-graduados e a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é que esse número chegue a 75%.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 14/7/11
Assunto: Aprovados na UDESC, Lista vaza na internet		Página: 34

APROVADOS DA UDESC

Lista vaza na internet

GUILHERME LIRA

Uma lista de aprovados do vestibular 2011/2 da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) ficou disponível no Orkut na principal comunidade sobre a instituição, quatro dias antes do resultado oficial.

De acordo com a Udesc, quem publicou a lista teve acesso ao material verdadeiro, porém preliminar.

– A lista de aprovados é feita por uma empresa licitada, que confere as pontuações dos candidatos. Este processo é online, ou seja, a lista é disponibilizada no site desta empre-

sa durante a conferência – explicou Sandra Makowiecky pró-reitora de Ensino da Udesc – a lista, porém, muda o tempo todo de acordo com a verificação das pontuações.

O mesmo problema ocorreu na primeira etapa do vestibular:

– Eles relacionaram o link da conferência com o nome da Udesc.

A empresa retirou a listagem do ar. A lista oficial só será disponibilizada amanhã, às 17h.

O DC tentou falar com a empresa responsável pela conferência, mas até o final desta edição, ontem à noite, não conseguiu contato.

guilherme.lira@diario.com.br

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 14/7/11
Assunto: Mudanças no Enem, redações poderão ser enviadas para casa		Página: 29

MUDANÇAS NO ENEM

Redações poderão ser enviadas para casa

Os alunos que realizarem o Enem no segundo semestre de 2012 poderão receber em casa as redações corrigidas, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep). O envio depende de aprovação do Ministério da Educação. O Inep contratou o Inmetro para prevenir roubos de provas e impressões incorretas.